

## Líderes se reúnem hoje e definem destino dos projetos prioritários

Mercadante e Rebelo esperam aprovação da Lei da Biossegurança

Suassuna quer excluir do projeto norma sobre rotulagem de transgênico

Sarney apóia diálogo do presidente Lula com senadores da oposição

Páginas 3 a 6



ESFORÇO Rebelo (E) discute com Mercadante a estratégia para votar a Lei da Biossegurança, enquanto Suassuna anuncia principais pontos de seu relatório.



J. Freitas



Gerardo Magalhães

### Osmar Dias contesta críticas ao uso de transgênicos

Relator da Lei da Biossegurança na Comissão de Educação, senador afirma que há "muita irresponsabilidade" na discussão sobre os transgênicos.

Página 4

### Alberto Silva anuncia criação de usina de biodiesel

A Universidade Federal do Piauí inaugura no próximo dia 24 a primeira usina de biodiesel do país. O anúncio foi feito ontem pelo senador Alberto Silva.

Página 8



INICIATIVA Patrícia (E) e Maria do Rosário, presidente e relatora da CPI: propostas contra a exploração sexual

### CPI sugere mudanças na legislação para proteger crianças e adolescentes

O fechamento temporário de motéis que permitam a exploração sexual é uma das propostas da CPI do Congresso. A comissão quer também mais rigor com o uso da imagem de crianças e adolescentes em diversos meios, inclusive a Internet.

Página 7

### Políticos devem se espelhar no legado de JK, diz Paulo Octávio

Ex-presidente soube planejar, estabelecer metas e perseverar em seu cumprimento, disse Paulo Octávio, ao registrar os 102 anos de nascimento de JK.

Página 6

### Em debate, a história e o futuro do Parlamento

A busca de maior interação da sociedade com o Parlamento foi um dos temas do ciclo de palestras sobre o passado, o presente e o futuro da instituição.

Página 8



**PREVISÃO** João Ribeiro afirma que usina formará reservatório de 104 quilômetros quadrados

## João Ribeiro: Ibama libera hidrelétrica no TO

O senador João Ribeiro (PFL-TO) comemorou a liberação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da licença prévia que permitirá a implantação da Usina Hidrelétrica São Salvador, situada entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paraná, ambos no estado do Tocantins.

A usina, que formará um reservatório de 104 quilômetros quadrados com volume total de água de quase 1 milhão de metros cúbicos, terá uma potência instalada de 241 megawatts, de acordo com João Ribeiro. Segundo ele, a represa banhar  cinco municípios.

Para discutir a concessão da licença, explicou, foi realizada audiência pública. João Ribeiro acrescentou que a empresa responsável pela constru o da obra também teve que apresentar estudo sobre o impacto cumulativo da usina com outros empreendimentos.

– Isso mostra a seriedade e a competência técnica envolvidas no empreendimento, o que nos d  a certeza sobre os bons resultados que estão a caminho – afirmou.

# Agenda

## Plenário retoma esforço concentrado

O Plenário retoma hoje, em sessão marcada para as 14h30, as vota es do esforço concentrado. Duas propostas trancam a pauta de vota es. A primeira (PLV 43/04) garante a isen o dos impostos para equipamentos de pesquisa tecnológica e a segunda (PLC 32/04) reduz até 2019 a cobrança de impostos de empresas de informática. A hora do expediente celebra o centenário dos municípios de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, no Acre.

## Indica o para a ANTT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa hoje, às 11h, a indica o de Gregório de Souza Rab lo ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Também discute projeto (PLC

13/04) que proíbe a cobrança de qualquer valor para o restabelecimento do serviço pelas concessionárias de distribui o de energia elétrica, de reabastecimento de água e de saneamento.

## Blairo Maggi fala sobre reservas indígenas

A Comissão Externa das Questões Fundiárias, que discute a demarca o das reservas indígenas em alguns estados brasileiros, ouve hoje, às 11h, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.  s 10h, a Subcomissão do Meio Ambiente comunica a aprova o do requerimento que convida a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para audiência pública no colegiado.



## Educa o discute cria o da Ancinav

O projeto que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav)   tema de audiência pública na Comissão de Educa o (CE) hoje,

 s 10h. Entre os convidados estão os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunica es, Eunício Oliveira; além do cineasta Cacá Diegues.

## Garantias aos portadores de hepatite

O primeiro item a ser analisado pela Comissão de Assuntos Econ micos (CAE) hoje, às 10h,   o projeto que estende aos portadores da forma cr nica de hepatite B ou da hepatite C os mesmos direitos e garantias existentes para portadores do HIV, como o fornecimento gratuito de medica o (PLS 71/00).



## Créditos suplementares

 s 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota pedidos de créditos suplementares ao orçamento, destinados ao Ministério da Fazenda e às chamadas Opera es Oficiais de Crédito. Outros pedidos ajustam o investimento das empresas do grupo Eletrobrás e reforçam o caixa dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde, da Cultura, do Esporte e do Turismo.

## Ciclo de palestras

O ciclo de palestras "Parlamento Brasileiro: presente, passado e futuro" discute hoje, a partir das 9h15, no auditório do Interlegis, as rela es entre Legislativo e Executivo, com o professor da Universidade de Brasília (UnB), David Fleischer; e o Biculturalismo, com os consultores Caetano Ernesto Pereira de Araújo, Marcos José Mendes e Ana Backes.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposi o, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**IMPORTÂNCIA** Segundo Ideli Salvatti, proposta chega ao Congresso ainda nesta semana

## Ideli anuncia R\$ 63 mi para recuperar portos

A decisão do governo federal de investir R\$ 63 milhões, neste ano, na recupera o de 11 portos em oito estados brasileiros foi anunciada em Plenário pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A proposta de adequa o orçamentária nesse valor, de acordo com Ideli, poderá ser encaminhada ao Congresso ainda nesta semana pela Casa Civil da Presidência da República.

A expectativa da senadora petista   que o Congresso Nacional aprove logo esse crédito especial, possibilitando, assim, o in cio das obras nos portos, que respondem por 90% das exporta es brasileiras.

Os portos beneficiados localizam-se em Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão e Bahia. Em Santa Catarina, por exemplo, o porto de São Francisco receberá, neste ano, R\$ 5 milhões para a recupera o dos berços de atrac o dos navios e R\$ 2 milhões para a constru o de um viaduto ligando o terminal   via férrea.

Já a cidade de Itajaí, conforme a senadora, contará, no mesmo período, com R\$ 6 milhões para a reestrutura o dos molhes.

– As obras no porto de São Francisco deverão aumentar em 40% sua capacidade de escoamento – comentou.

Na opinião de Ideli, os investimentos federais na interliga o modal do transporte brasileiro deverão dar sustentabilidade   retomada do crescimento econ mico do país.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu um melhor aproveitamento dos navios da Vale do Rio Doce que levam minérios para o exterior.

– Em vez de viajar com os porões vazios, eles também poderiam levar grãos – sugeriu o parlamentar.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20  andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1  Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2  Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1  Secretário:** Romeu Tuma  
**2  Secretário:** Alberto Silva  
**3  Secretário:** Heráclito Fortes  
**4  Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunica o Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunica o Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Concei o Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagrama o:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miqu as D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Baz lio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circula o e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edi o:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado*   elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante cita o da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editorac o e Publica es

## PAUTA

Senadores se reúnem hoje de manhã em busca de um texto de consenso. Relatores Ney Suassuna e Osmar Dias defendem plantio de soja transgênica e pesquisas com células-tronco de embriões humanos

# Governistas tentam votar Lei da Biossegurança

■ Suassuna propõe excluir do projeto a rotulagem de transgênicos e de agrotóxicos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou ontem que seu parecer sobre o projeto da Lei da Biossegurança irá retirar do texto que está sendo examinado pelo Senado tudo que trata de rotulagem de produtos transgênicos e de agrotóxicos. Ele informou que essas questões estão ajudando a emperrar as negociações em torno do projeto e já existe legislação que tratam exclusivamente das duas coisas.

– Se o governo quiser mexer nesses dois assuntos, que mande projetos separados para alterar a legislação que já existe – afirmou Suassuna. Ele terá na manhã de hoje uma reunião com senadores interessados na Lei da Biossegurança, quando se buscará um texto de consenso. O senador da Paraíba é relator da matéria pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais



Roosevelt Pinheiro

**MUDANÇA** Relator do projeto em três comissões, Suassuna quer dar à CTNBio poder de liberar produtos

(CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em entrevista, Ney Suassuna informou que fez 15 pequenas alterações no substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovado na Comissão de Educação, a maioria para tornar o texto mais claro. Em resumo, fica mantida a possibilidade de plantio de soja transgênica no país e os cientistas brasileiros poderão usar em suas pesquisas células-tronco de embriões humanos. No entanto, só poderão ser objeto de pesquisas células embrionárias congeladas antes de completarem cinco



Roosevelt Pinheiro

**ALTERNATIVA** Lúcia Vânia sugere limite de até 20 mil células de embriões humanos para pesquisa

dias e quando tiverem três anos de congelamento.

Como no substitutivo de Osmar Dias, Suassuna mantém a decisão de que caberá à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a liberação de pesquisas ou produtos modificados geneticamente – o projeto que veio da Câmara dos Deputados autoriza a CTNBio a dar apenas parecer sobre esses assuntos. Se os órgãos de registro do governo discordarem da decisão da CTNBio, de acordo com o substitutivo de Osmar Dias e encampado por Suassuna,

poderão recorrer em 15 dias. Se continuar a divergência, a palavra final ficará com o Conselho Nacional de Biossegurança, integrado por ministros do governo. Aliás, Suassuna propõe que o número de ministros no conselho aumente de nove para 11, incluindo os ministros da Defesa (por causa do assunto guerra biológica) e das Relações Exteriores (Mercosul).

## Entendimento

Ney Suassuna tentará hoje um acordo com os senadores para que seu substitutivo seja votado e aprovado amanhã, em reunião conjunta das três comissões onde ele é relator.

– Com o acordo, esperamos que não sejam apresentadas emendas e nem haja pedidos de vista. Só desse jeito será possível levar o projeto ao Plenário do Senado neste esforço concentrado – disse.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CAS, informou que tentaria convencer Suassuna e seus colegas a incluírem no projeto autorização para pesquisa de até 20 mil células de embriões humanos já congelados, o que seria suficiente para realizar

pesquisas por uns cinco anos. Com o limite, a senadora avalia que ficará mais fácil aprovar o projeto quando ele voltar ao exame dos deputados. O projeto original da Câmara impede totalmente a pesquisa com células de embriões humanos.

Caso o projeto não seja votado nesta semana, o governo tentará encontrar forma de aprovar legislação que autorize novamente o plantio de soja transgênica no país, na próxima safra. A medida provisória (MP) que trata do assunto só prevê o plantio e a comercialização da safra colhida neste ano.

– Acreditamos que o projeto da Lei da Biossegurança será aprovado nesta semana e o problema do novo plantio de soja estará resolvido – assinalou Ney Suassuna.

O senador Osmar Dias, por sua vez, afirmou à imprensa que dificilmente o projeto será votado nesta semana e, assim, o governo terá de editar uma medida provisória sobre o plantio de soja, ou pegar carona em uma medida provisória já em tramitação no Congresso e acrescentar um parágrafo sobre esse assunto.

## Mercadante e Aldo Rebelo acreditam em aprovação

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, disseram ontem que acreditam na aprovação do projeto de lei que trata da biossegurança (transgenia e pesquisas com células-tronco) ainda no período de esforço concentrado. O líder, no entanto, admitiu que há dificuldade para aprovação esta semana do projeto da Lei de Informática e do que institui as parcerias público-privadas.

Depois de se reunirem no gabinete de Mercadante, eles anunciaram a realização de um encontro na manhã de hoje com os relatores do projeto, senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Ney Suassuna (PMDB-PB), para chegarem a um substitutivo comum.

Osmar Dias relata a matéria na Comissão de Educação, e Suassuna, nas Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Constituição,



Moreira Mariz

**AVANÇO** Aldo Rebelo (E) e Mercadante anunciam encontro com relatores do projeto que trata de biossegurança

Justiça e Cidadania. Além deles, deverão estar presentes ao encontro de hoje os líderes dos partidos no Senado, já que o governo quer negociar um acordo a tempo de viabilizar o plantio de transgênicos (soja, principalmente) ainda na safra de 2004.

Segundo Mercadante, as disputas decorrentes das eleições

municipais não devem afetar o exame de matérias de “interesse nacional”, como a biossegurança; os destaques apresentados pelos senadores ao texto da reforma do Judiciário; a medida provisória que facilita a importação de equipamentos por pesquisadores; e o projeto que reduz os juros do cheque especial. Ele admitiu que não

crê, contudo, na aprovação do projeto das parcerias público-privadas, em relação ao qual há muitas divergências entre o governo e a oposição.

Quanto às mudanças na Lei de Informática, Mercadante reconheceu que os interesses envolvidos ainda não foram harmonizados, especialmente no que se refere a incentivos

para a produção de monitores de computadores e de TV, o que afetaria a Zona Franca de Manaus. Na falta de acordo, a lei deverá ser prorrogada, como determina a Constituição.

## Maioria

Tanto Mercadante quanto Rebelo classificaram como “normal” o jantar que o presidente Lula ofereceu ontem a parlamentares do PFL e do PSDB, em busca de maioria no Senado.

– Reuniões bilaterais são da natureza da própria política – disse o líder do governo para justificar o convite feito a parlamentares isoladamente, e não ao partido ou a seus líderes.

Já Aldo Rebelo rechaçou a idéia de que o governo estaria tentando eliminar a oposição, buscando a formação de dissidência dentro de partidos como o PFL e o PSDB.

– Queremos com esses parlamentares uma relação respeitosa e de reciprocidade – declarou o ministro.

## PAUTA

Três reuniões agendadas para hoje, entre líderes da base governista e da oposição, podem definir destino de projetos prioritários para o governo. Para Ideli Salvatti, líder do PT, será possível o desbloqueio da pauta na sessão de hoje



**POLÊMICA** Para Osmar Dias, sem argumentos técnicos, opositores "estão partindo para a agressão"

## Oposição aos transgênicos é irresponsável, diz Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR), engenheiro-agrônomo e relator do projeto da Lei da Biossegurança na Comissão de Educação, sustentou ontem da tribuna que há "muita irresponsabilidade" na discussão sobre os produtos transgênicos no país. Por não terem argumentos técnicos, os adversários dos transgênicos estão agredindo seus opositores, lamentou.

Ele contestou a afirmação dos adversários da soja transgênica, que dizem que o estado do Paraná perderia R\$ 60 milhões se fosse pagar *royalties* pelo uso de sementes modificadas geneticamente. Osmar Dias citou levantamento de várias entidades paranaenses, segundo o qual o estado deixaria de gastar por ano R\$ 678 milhões com herbicidas no plantio de soja, caso os produtores empregassem sementes modificadas.

O levantamento informa ainda que, se todos os agricultores do Paraná usassem sementes de soja transgênica, haveria uma redução de 13,6% no custo total de produção.

Como a semente modificada geneticamente exige apenas duas aplicações de herbicidas, e não as quatro da soja comum, haveria uma diminuição de 7,6 milhões de litros de herbicidas aplicados nos campos paranaenses, o que beneficiaria o meio ambiente.

– Trata-se de um assunto muito técnico e as pessoas estão falando sem conhecimento suficiente para se manifestar. Gritam contra a soja transgênica, agridem quem defende esses produtos, mas não mencionam o bem para o meio ambiente e nem a economia que os produtores terão. Sem argumentos técnicos que sustentem suas posições, essas pessoas estão partindo para a agressão – afirmou.

O senador criticou nominalmente a ONG Greenpeace, que não quer os produtos modificados geneticamente. E observou que os defensores da soja transgênica são acusados de defender os interesses da Monsanto, multinacional que pesquisou a soja modificada que chegou ao Rio Grande do Sul por contrabando.

– Mas quem defende a soja não transgênica também não pode ser acusado de defender os grandes fabricantes de herbicidas? – questionou.

### Decisão técnica

O senador acredita no substitutivo que apresentou ao projeto da Lei da Biossegurança na Comissão de Educação, afirmando que vêm sendo divulgadas informações erradas sobre seu conteúdo. Para ele, não é verdade que a liberação de pesquisas ou de produtos transgênicos seria feita de forma política, por um conselho de ministros. Ele disse que a decisão será técnica, dos 27 especialistas integrantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).



**BLOQUEIO** Plenário tem pauta trancada por MP que beneficia pesquisa e por projeto da nova Lei de Informática

## Líderes decidem sobre PPPs, informática e biossegurança

■ Reuniões terão presença de parlamentares que acompanham negociações

Em três reuniões separadas, a partir das 9h30, os líderes partidários começam a definir hoje o destino dos projetos que tratam da criação das parcerias público-privadas (PPPs), da prorrogação dos incentivos ao setor de informática e da nova Lei de Biossegurança. Os encontros serão realizados no gabinete do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e contarão com a presença dos parlamentares que acompanham cada uma das negociações, segundo informou ontem a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

Ideli disse acreditar no rápido desbloqueio da agenda de votação do Senado. Ela observou que a pauta está sobrestada apenas por um projeto de lei

de conversão – proveniente da Medida Provisória 191/04, que isenta de impostos bens destinados à pesquisa científica – e por um projeto da Câmara sobre a nova Lei de Informática (PLC 32/04), em torno do qual, assegurou, os entendimentos já estão avançados. Para Ideli, pode ainda ser acelerada a tramitação do projeto das PPPs.

– Esperamos que a proposta avance na Comissão de Assuntos Econômicos – afirmou a líder.

O projeto das PPPs será discutido durante a terceira reunião marcada para hoje. Às 14h30, os líderes debaterão possíveis ajustes ao texto, com a presença dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que acompanham o tema pela oposição, e do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega.

Às 9h30, os líderes conversarão sobre o projeto de lei da Câmara que prorroga os

incentivos ao setor de informática. Deverão estar presentes os relatores da matéria nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e de Educação, Hélio Costa (PMDB-MG), além de parlamentares do Amazonas, preocupados com os reflexos da futura lei na Zona Franca de Manaus.

Às 11h, será a vez do projeto da Lei da Biossegurança, que será discutido em reunião com a presença dos líderes e, provavelmente, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), indicado como relator da proposta em três comissões – de Justiça, de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

### Militares

Está ainda prevista para hoje, provavelmente às 19h, sessão do Congresso Nacional destinada a analisar o projeto de lei (PLN 49/04) que modifica o Orçamento da União deste ano para permitir o reajuste de 10% para os servidores militares.



**EXPLICAÇÃO** Marina Silva deve esclarecer recusa em mandar representante a encontro no Japão

## Ministra será chamada a prestar esclarecimentos a subcomissão

A recusa do governo em enviar representantes ao encontro que será realizado em 2005 em Aichi (Japão) sobre o tema "Questão ambiental e sociedade urbana industrializada" deverá ser explicada perante a Subcomissão Permanente do Meio Ambiente pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo chefe da Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Antônio José de Souza e Silva. A decisão de convidar tais autoridades, tomada pela Comis-

são de Assuntos Sociais (CAS), será comunicada hoje aos integrantes da subcomissão, em reunião marcada para as 10h.

O convite para que a ministra e o representante do MRE participem de audiência pública sobre o assunto foi sugerido pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). No pedido, o senador refere-se a informações publicadas pela imprensa de que o Ministério das Relações Exteriores teria alegado que o governo dá preferência a eventos que

gerem "retorno comercial" e que a ida ao encontro no Japão traria um "ônus muito grande" para os cofres públicos.

O senador manifesta seu espanto com as notícias de que, por falta de recursos, o Brasil deixará de participar da Exposição Mundial de 2005, nome dado ao encontro que reunirá autoridades de dezenas de países e líderes de renomadas organizações internacionais preocupadas com a questão ambiental.

"Estamos certos de que a partici-

pação do Brasil naquele evento é de fundamental importância, uma vez que, neste exato momento histórico, buscamos obstinadamente o nosso desenvolvimento sustentado", afirma Juvêncio, no requerimento. Para o senador, diante da importância que, em todo o mundo, assume atualmente a questão ambiental, torna-se "inexplicável" a recusa brasileira em participar do encontro em Aichi.

A data da audiência pública ainda não foi definida.

## PAUTA

Duas audiências e agenda cheia nas comissões: Relações Exteriores debate uso do tabaco e Educação discute a criação da Ancinav. CCJ examina pauta de 44 itens e CMO pode votar empréstimo para pagamento de reajuste ao funcionalismo



**CONTRIBUIÇÕES** Ministro Gilberto Gil, convidado à reunião, pede sugestões a projeto que cria agência

## Criação da Ancinav é debatida em audiência

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, a partir das 10h, para debater a proposta do governo que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). A reunião contará com a presença dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira, e do cineasta Cacá Diegues.

Deverão comparecer também à audiência pública os presidentes da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec), Ricardo Difini Leite; do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), Geraldo Moraes; e da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão, Antônio Telles; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (Abta), Alexandre Annenberg, e o vice-presidente dos Sindicatos dos Distribuidores dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Rodrigo Braga.

A criação da Ancinav ainda está em gestação no Ministério da Cultura e, de acordo com o ministro Gilberto Gil, sujeita à apresentação de sugestões. Tão logo o anteprojeto seja concluído, o governo enviará ao Congresso, possivelmente ainda este ano, um projeto de lei que terá por meta principal implementar a política nacional do cinema e do audiovisual.

A idéia de realizar a audiência partiu do senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da comissão. Para ele, desde que o anteprojeto tornou-se público pela Internet, "de maneira acidental", a matéria tem sido objeto de grandes debates.

# Comissão discute tratado para controle do tabaco

**Audiência amanhã na CRE deve reunir especialistas e autoridades ligadas à saúde e à agricultura**

O ministro da Saúde, Humberto Costa, o médico Dráuzio Varella e representantes de entidades ligadas à agricultura e à saúde participam amanhã, a partir das 11h, de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O debate será destinado a discutir as implicações políticas, econômicas e sociais do projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco (PDL 602/04), assinado pelo Brasil em junho de 2003.

A reunião foi proposta pelo presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), depois que a comissão foi chamada a se manifestar a respeito do projeto que aprova o tratado sobre o uso do tabaco, adotado por unanimidade na 56ª Assembléia Mundial da Saúde, em maio de 2003. Para que entre em vigor, o tratado deve ser



**CONCORDÂNCIA** Relator da matéria, Fernando Bezerra pede urgência para a ratificação brasileira

ratificado por 40 países e executado como lei em seus territórios. Até abril, de acordo com parecer favorável do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), 11 países haviam ratificado o tratado, o que, segundo o relator, insta os parlamentares a providenciarem, com a urgência devida, as condições para a ratificação brasileira.

O tratado, já aprovado pela Câmara dos Deputados, é considerado pelos especialistas como um dos principais instrumentos de saúde pública já propostos em toda a história da Humanidade. Destacam-se, na



**POSIÇÃO** Presidida por Suplicy, CRE deve opinar sobre tratado aprovado na 56ª Assembléia Mundial da Saúde

convenção, os dispositivos que fixam padrões mundiais para o controle do tabaco, incluindo providências relacionadas à propaganda, ao patrocínio, à política de impostos, aos preços e à rotulagem.

Antes da audiência pública, os membros do colegiado se reúnem para analisar três mensagens do Executivo com as indicações dos diplomatas Luiz Antônio Fachini Gomes, José Vicente de Sá Pimentel e Cesário Melantonio Neto para as embaixadas do Brasil no Irã, na Índia e no Azerbaijão, respectivamente.

## CCJ pode retomar votações se pauta for destrancada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar, em reunião marcada para amanhã, parecer a requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) que solicita informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, sobre empréstimo feito pelo Grupo Rede junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a compra da Centrais Elétricas do Pará, em 1998. A senadora quer saber também se a dívida vem sendo paga pela empresa com regularidade. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é favorável ao requerimento (578/04).

Na reunião de amanhã, deve ser lido ainda o voto em separado apresentado pelo senador

Aloizio Mercadante (PT-SP) ao requerimento (741/04) do senador José Jorge (PFL-PE) com pedido de informações sobre gastos de servidores da Presidência da República com a utilização de cartões de crédito corporativos. Na última reunião da CCJ, foi rejeitado parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) favorável ao pedido. Mercadante considerou inconstitucional o requerimento e foi designado pelo presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), o novo relator.

A CCJ tem outros 42 itens na pauta, entre os quais proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Sérgio Cabral, com voto favorável do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), destinada a asse-



**PEDIDO** Colegiado pode votar requerimento de Ana Júlia sobre venda da Centrais Elétricas do Pará

gurar gratuidade no transporte coletivo para estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio, em seus deslocamentos de ida e volta à instituição de ensino.

Para que todos os itens previstos para a reunião possam ser votados, é necessária a liberação da pauta do Plenário, obstruída por um projeto de lei de conversão e por um projeto de lei da Câmara.

## Orçamento vota créditos para pagamento de reajuste salarial

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderão receber um reforço de R\$ 2,18 bilhões para pagamento do funcionalismo e de encargos sociais do Executivo e do Legislativo. Projeto de lei (PLN 43/04) encaminhado pelo governo com esse objetivo está na pauta da reunião de hoje da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ao todo, são sete pedidos de abertura de crédito ao Orçamento Geral da União (OGU) deste ano, no montante global de R\$ 2,73 bilhões.

O relatório do deputado Gilmar Machado (PT-MG) explica que o crédito suplementar para pessoal e encargos sociais será destinado à remuneração de diversas carreiras do Executivo que foram reestruturadas, como a dos fiscais sanitários (R\$ 82,28 milhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e as das áreas da Defesa (R\$ 120,43 milhões), da Previdência Social (R\$ 356,72 milhões), da Saúde (R\$ 389,22 milhões) e do Ministério da Fazenda (R\$ 533,46 milhões).

### Professores

Para o reajuste dos professores e dos funcionários do Ministério da Educação, o projeto prevê R\$ 281,66 milhões. O Legislativo deve receber suplementação de R\$ 70 milhões, metade para cada uma das duas Casas. Segundo o relatório, a quantia orçada inclui despesas decorrentes da convocação extraordinária do Congresso, de janeiro de 2004, que já foram desembolsadas. O crédito, continua o relatório, não afeta a meta do resultado primário estabelecida para 2004, já que a estimativa incluía essas despesas com pessoal e encargos sociais.

O governo está também solicitando um ajuste no orçamento de investimento das empresas do grupo Eletrobrás, promovendo um corte de R\$ 632,61 milhões. O projeto de lei (PLN 25/04), ao mesmo tempo em que abre um crédito suplementar de R\$ 171,39 milhões, reduz o valor global de investimentos do grupo em R\$ 804 milhões.

# Sarney descarta intenção de Lula de aliciar oposição

■ Senador diz que jantar com parte do PFL teve objetivo de analisar projetos que estão na agenda do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou em entrevista coletiva não acreditar que o jantar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ofereceu ontem à noite a senadores do PFL tivesse por objetivo atrair parcela desse partido para a base do governo.

– O presidente pode jantar com quem ele convidar e eu não acho que esse encontro tenha a conotação que os jornais estão dando. Acho que não há esse desejo, não há esse aliciamento. É apenas um jantar com senadores, para discutir os problemas que estão na agenda do Senado, sobretudo o PPP (projeto das parcerias público-privadas), que o presidente está muito empenhado em aprovar – disse Sarney.

Ele observou que é bastante conveniente uma interlocução freqüente entre o presidente da República e os parlamentares, comentando que muitos governantes são censurados por



**NEGOCIAÇÃO** Sarney lembra que durante seu governo costumava conversar com todos os políticos

não fazer isso. Em seu governo, ressaltou, dedicava todas as terças-feiras a receber deputados e senadores, concedendo-lhes audiências ainda em outros dias da semana.

Lembrando que o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) não foi convidado para o jantar, os repórteres indagaram se isso não serviria exatamente para dificultar o clima favorável à votação de matérias de interesse do Executivo no Senado. Mais uma vez, Sarney afastou a interpretação de que o governo pretenda provocar um racha no PFL.

– Eu acho que não há inten-

ção de excluir ninguém. É uma intenção natural de conversar com aqueles com quem o governo está dialogando. Isso não evita que depois ele possa dialogar com todo mundo. O senador Jorge Bornhausen não foi convidado. Eu também não fui. De maneira que os que foram vão estar lá – afirmou o presidente do Senado.

Na entrevista, ainda foi confrontado com a idéia de que angariar a simpatia de parte do PFL é uma estratégia do presidente Lula para não ficar refém do PMDB. Sarney advertiu que essa interpretação tem um erro matemático, visto que não se faz nenhuma maioria no Senado sem a bancada do PMDB.

Um dos jornalistas chegou a dizer que o jantar se destinaria também a facilitar a reeleição do presidente do Senado, tese não aceita pelo líder do PMDB, Renan Calheiros, que ameaça levar o partido para a oposição, caso isso aconteça.

– Essa é uma novidade que estou ouvindo pela primeira vez, que também vai ser servido no jantar o problema da reeleição. Eu acho que isso não faz nenhum sentido – respondeu Sarney.



**PERSONALIDADE** Paulo Octávio afirma que JK sabia conversar, dialogar, harmonizar e perdoar

## Paulo Octávio homenageia 102 anos de Juscelino

Ao prestar homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, pelos 102 anos de seu nascimento, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que os políticos de hoje precisam se espelhar no legado de JK, que, segundo afirmou, soube planejar, estabelecer metas factíveis e perseverar no seu cumprimento.

– O Brasil carece de bons administradores, uma vez que muitos políticos, ao subirem ao poder, não sabem o que devem fazer, menos ainda como fazer – salientou.

Paulo Octávio destacou a capacidade administrativa do

ex-presidente e o que considera um de seus principais legados: o exemplo na busca da união entre diferentes.

– Ele sabia, como ninguém, conversar, dialogar, harmonizar e, quando necessário, perdoar. Juscelino foi maior, muito maior do que seus adversários – destacou.

Referindo-se à construção de Brasília, Paulo Octávio observou que a nova capital do país representa a síntese das metas propostas e executadas pelo ex-presidente.

– Mais do que uma nova cidade, a capital seria a referência de uma nação integrada, coesa e desenvolvida. E foi o espírito dos brasileiros de todas as latitudes que, com trabalho, edificaram esse milagre de concreto e natureza, no qual homens e mulheres se sentem protagonistas da saga da construção de um Brasil melhor – assinalou.

As comemorações começaram no último domingo, com missa campal em frente ao Memorial JK, nos mesmos moldes da primeira celebração realizada em Brasília, em 1957. As homenagens prosseguirão com a abertura hoje, também no memorial, da exposição "Palavra de Homem", marcando a organização de um acervo histórico com mais de 13 mil fotos, 200 diplomas, 21 mapas e milhares de documentos e correspondências de JK.

## Alvaro afirma que "sedução" de Lula não atingirá o PSDB

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem, da tribuna, que a tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de cooptar parlamentares da oposição por meio de encontros, jantares e outros eventos "não atingirá o PSDB, que continuará firme na oposição necessária ao governo". O senador referiu-se principalmente ao jantar na residência do ministro da Casa Civil, José Dirceu, ocorrido ontem, com integrantes do PFL, partido que constitui o principal núcleo oposicionista, ao lado do PSDB.

– Espero que o jantar resulte em indigestão para as pretensões do presidente da República de seduzir oposicionistas e esmagar a oposição – disse Alvaro Dias, advertindo para a "vocaçãõ autoritária e

megalômana" do governo do PT, manifestada, segundo ele, diversas vezes por Lula, tanto depois de eleito como ainda em campanha, quando teria dito que "iria mudar a história da Humanidade caso chegasse a presidente".

Na avaliação de Alvaro Dias, ao anunciar um jantar com membros do PFL, o governo, "maldosamente", teria a intenção de passar a impressão de estar comandando também o jogo sucessório para as próximas eleições ao Palácio do Planalto, ridicularizando a oposição.

– O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não gosta do contraditório, ele quer uma oposição áulica – assinalou o parlamentar.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-



**COOPTAÇÃO** Alvaro Dias espera que jantar com PFL provoque indigestão nas pretensões de Lula

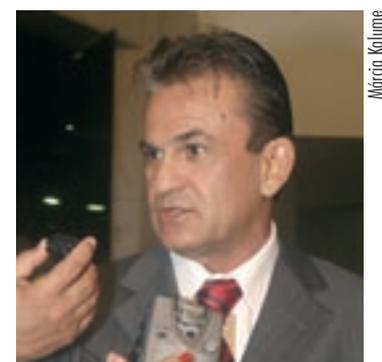
BA) defendeu o diálogo entre o governo e a oposição na busca de melhores soluções para o país. Além disso, afirmou o senador, "o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser considerado um grande sedutor como Fernando Henrique [Cardoso].

– Se Lula não é um talentoso sedutor, espero que fracasse já nessa tentativa de hoje (segunda-feira), e que o jantar saia mesmo indigesto para ele – finalizou Alvaro Dias.

## Mário Calixto protesta contra impostos de empresa aérea

A crise financeira enfrentada pelas empresas aéreas brasileiras levou o senador Mário Calixto (PMDB-RO) a protestar contra "a elevada carga tributária aplicada ao setor", que seria superior a 37% da tarifa cobrada. Paralelamente, o senador cobrou um conjunto de medidas governamentais para "evitar a falência da aviação civil" nacional.

– Se o governo encontrar um caminho para solucionar os problemas da Varig, idêntico caminho ou remédio deverá ser ministrado também para a Vasp, assim como para todas as demais empresas do ramo – reivindicou. Mário Calixto considerou fundamental a união entre o governo e o setor para fortalecer as empresas, evitar demissões e o uso de equipamentos sucateados ou com defasagem tecnológica.



**IGUALDADE** Para Mário Calixto, soluções deverão atingir todas as companhias do país

Outra desvantagem apontada refere-se ao fato de os custos operacionais das aeronaves serem cotados em dólar, enquanto as tarifas são cobradas em real.

Mário Calixto ainda reclamou da "concorrência desleal" praticada pelas empresas aéreas estrangeiras em relação aos vôos internacionais operados por companhias brasileiras. Segundo afirmou, os concorrentes estrangeiros teriam privilégios assegurados por acordos de reciprocidade que não se estendem às empresas nacionais.



**RIGOR** Projeto de Tourinho tipifica "essa nova modalidade de delito que atormenta a população"

## Tourinho quer agilizar projeto sobre seqüestro-relâmpago

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e aos líderes partidários daquela Casa empenho na análise do projeto de lei do Senado (PLS 54/04) de sua autoria que tipifica crime o seqüestro-relâmpago. Ele registrou que, pela sua urgência e relevância, a matéria tramitou com celeridade no Senado.

– Essa nova modalidade criminal tem sido um dos grandes tormentos da população brasileira nos principais centros urbanos do país. Em 2003, só no Distrito Federal, o número de casos registrados chegou a 32, quantidade superior em 20% às cifras de 2002. A onda de delitos dessa natureza levou os bancos a promoverem uma série de mudanças nos horários de funcionamento das caixas automáticas, numa tentativa de limitar, em alguma medida, a atuação dos criminosos – afirmou Tourinho.

### Interpretações

Na avaliação do senador, a legislação atual dá origem a, pelo menos, três interpretações. Ele lembrou que alguns consideram o seqüestro-relâmpago uma forma de extorsão. Outros o encaram como uma modalidade de roubo. Já há quem trate esse tipo de crime como uma forma específica de seqüestro.

O projeto, explicou Tourinho, altera o Código Penal para incluir o seqüestro-relâmpago no tipo penal dedicado à extorsão, ao mesmo tempo que exime essa modalidade criminal dos rigores punitivos atribuídos ao seqüestro propriamente dito, qualificado como hediondo. Por outro lado, completou, caso o seqüestro-relâmpago envolva lesão corporal grave ou morte, as penas aplicadas seriam as mesmas previstas para o seqüestro qualificado.

# Senadores analisam propostas da CPI da Exploração Sexual

■ Comissão sugere penas mais graves para pornografia infantil e mudanças de enfoque sobre crime de estupro

O Senado deve começar a analisar nos próximos dias os projetos de lei elaborados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual. Além do projeto que impõe penas mais graves para a pornografia infantil e o que pune motéis que recebam crianças e adolescentes, os senadores vão discutir a proposta

que modifica a denominação do título do Código Penal, relativo aos crimes contra os costumes. Pelo projeto, esses delitos seriam classificados como “Crimes contra a Liberdade e o Desenvolvimento Sexual”.

A intenção dos membros da CPI é buscar um tratamento penal mais moderno para crimes como estupro. De acordo com a justificativa do projeto, “o foco da proteção deve ser a liberdade e o desenvolvimento saudável da sexualidade humana”. Nessa perspectiva, a proposta altera dispositivos para salvaguardar a mulher de estigmas relacionados à sua vir-

gindade ou honestidade moral. Além disso, inova ao amparar pessoas do sexo masculino vítimas de violência sexual.

A comissão de inquérito propôs, por exemplo, a unificação dos atuais crimes de estupro e atentado violento ao pudor (cometidos contra pessoas do sexo masculino) no tipo penal “estupro”, além de aumentar as penas.

O texto procura resguardar menores e pessoas incapacitadas, vítimas de violência sexual. Assim, sugere um novo tipo penal, o “estupro de vulneráveis”, que substitui o atual regime de presunção de violên-

cia contra menores de 14 anos. Nesse caso, a proteção não se restringiria a esse segmento. Alcança também pessoas que, por enfermidade ou deficiência mental, não têm discernimento para a prática do ato sexual ou que não podem oferecer resistência à agressão.

Outra novidade é tornar imprescritível os crimes sexuais quando praticados de modo sistemático. Conforme a justificativa da proposta, “trata-se de incorporar ao ordenamento brasileiro a concepção de crimes contra a Humanidade já consagrada pelo Direito Internacional”.



**CONCLUSÃO** Comissão parlamentar de inquérito, que encerrou trabalhos em 9 de julho, propõe agora mais rigor na repressão ao crime sexual contra crianças

## Penas severas para quem fotografar crianças em cenas pornográficas

A comissão parlamentar de inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes apresentou ontem, no Plenário do Senado, projeto com o objetivo de eliminar qualquer dúvida quanto à relevância penal da conduta de fotografar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográficas. O projeto (PLS 254/2004) – que altera o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente – prevê pena de prisão por até seis anos e multa para quem apresente, fotografe, filme, produza, venda, forneça, divulgue ou publique, por qualquer meio de comunicação, inclusive a Internet, esse tipo de material.

Também recebem a mesma pena aqueles que agenciam, autorizam, facilitam ou intermedeiam a participação de criança ou adolescente em cenas pornográficas ou de sexo explícito, ou ainda proporcionem os meios ou serviços para o armazenamento, físico ou digital, de

fotografias ou imagens que reproduzam essas cenas e que assegurem, disponibilizem ou facilitem o acesso de usuários da Internet a elas.

Segundo justificativa do projeto, o colegiado, em audiência na cidade de João Pessoa, na Paraíba, tomou conhecimento de decisão judicial proferida na Comarca de Macau que absolvía o réu da prática do crime definido no artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por entender que “o simples fato de fotografar” não configuraria a infração penal. Para afastar interpretações que coloquem em dúvida a relevância penal da conduta de fotografar crianças e adolescentes nas circunstâncias descritas no artigo do estatuto, o projeto reformula a redação do tipo penal acrescentando, ao mesmo tempo, o verbo “filmar”.

O projeto, lido em Plenário, ficará à disposição na Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, a fim de receber emendas.

## Motéis podem ser multados e fechados por 15 dias

Em continuação às determinações do seu relatório final, a comissão parlamentar de inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes apresentou à Mesa do Senado projeto que estabelece multa e fechamento de motéis, pensões ou congêneres que hospedem crianças ou adolescentes sem autorização escrita dos pais ou autoridade judiciária.

A proposição prevê multa de até 50 salários de referência para os infratores e ainda o fechamento dos estabelecimentos por até 15 dias, em caso de reincidência.

Ao justificar a proposta, a comissão, que encerrou seus trabalhos em 9 de julho, argumenta em seu relatório final que a punição a esses estabelecimentos “é medida que já deveria ter sido adotada desde a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente”, que agora poderá ser alterado em caso de aprovação do projeto apresentado.

“Tais estabelecimentos tornaram-se pontos de prostituição infanto-juvenil e merecem ser severamente punidos pela prática”, afirma na justificativa da proposta a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI e signatária do projeto apresentado.

# Alberto Silva anuncia a primeira usina de biodiesel

■ Ele prevê a criação de 5 milhões de empregos nas regiões agrícolas do Norte e Nordeste

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou a inauguração da primeira usina de biodiesel no país, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), no próximo dia 24. Ele sugeriu que o Ministério de Minas e Energia crie um marco regulatório para a utilização desse combustível alternativo. A produção do biodiesel em larga escala, previu, pode gerar 5 milhões de empregos agrícolas nas regiões Norte e Nordeste.

A usina-escola da UFPI terá capacidade de produção de 2 mil litros por dia, informou o senador, que se disse orgulhoso de ter participado da criação da usina. Há 30 anos, conforme lembrou, quando era presidente da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU), Al-



**PIONEIRISMO** Alberto Silva afirma que combustível alternativo será produzido por universidade do Piauí

berto Silva foi incumbido pelo então presidente Ernesto Geisel de encontrar um substituto para o óleo diesel, derivado do petróleo.

Após um “investimento bastante elevado” da EBTU, os pesquisadores não só conseguiram chegar a uma fórmula de biodiesel com também produziram querosene de aviação com óleo de babaçu. Alimentando as turbinas de jatos da Força Aérea Brasileira (FAB),

acrescentou, o bioquerosene provou poder suportar temperaturas de 50 graus negativos sem congelar.

O representante piauiense pediu que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, “olhe com mais cuidado e com mais eficiência para o biodiesel”. A criação de um marco regulatório para o setor, afirmou, poderá criar não milhares, mas milhões de empregos na lavoura, principalmente na região do semi-árido. Ele destacou ainda que a produção de biodiesel não necessita de investimentos vultosos.

Alberto Silva apresentou ao Plenário sua idéia de os lavradores serem reunidos em cooperativas, que, financiadas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), já iniciariam suas atividades capitalizadas. Depois de colhida a mamona para a produção de biodiesel, defendeu o parlamentar, os pés da planta podem ser utilizados como adubo orgânico.

## Papaléo analisa artigo sobre carga tributária

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) analisou ontem artigo do jornalista Gilberto Dimenstein publicado em 25 de julho pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a carga tributária no Brasil e suas conseqüências. O senador solicitou a transcrição do texto nos Anais do Senado.

Intitulado “Exercício para exercer a cidadania – está em andamento uma rebelião sem volta”, o artigo lido pelo senador destaca a exposição que, em 30 cidades brasileiras, revelará aos consumidores brasileiros a quantidade de impostos, taxas e contribuições que eles pagam, sem saber, na compra de qualquer produto. Papaléo disse que o artigo convida a uma profunda reflexão sobre cidadania e tributação.

– Todos nós sabemos que, ao longo da história, o poder de tributar tem se igualado muitas vezes ao poder de destruir, pois o confisco pode significar uma forma disfarçada de pena de

morte – comparou.

Ele disse que “líderes empresariais, dirigentes sindicais, trabalhadores, classe média estão unidos contra a insuportável carga tributária, que já ultrapassa os limites do razoável”.

– Mais impostos significam menos empregos, menor eficiência, maiores custos da máquina governamental, que gasta muito e gasta mal, contribuindo para reduzir o ritmo de crescimento da economia e prejudicando o bem-estar da população em geral – acrescentou.

Papaléo Paes salientou que, em 1988, a carga tributária representava 22% do produto interno bruto (PIB) e hoje ultrapassa 40%, ou o equivalente a cerca de R\$ 212 bilhões da renda dos contribuintes brasileiros. Segundo o senador, o povo até poderia suportar essa transferência de recursos para o governo desde que tivesse como contrapartida o oferecimento de serviços que aten-



**ANALOGIA** Papaléo considera que poder de tributar equivale, muitas vezes, ao poder de destruir

dessem às reais necessidades da sociedade.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que tem ouvido falar em reforma tributária nos últimos dez anos, mas o resultado foi um “aumento brutal” da carga de impostos.

– Por isso, hoje somos os campeões da economia informal – avaliou.

No mesmo pronunciamento, Papaléo Paes registrou os aniversários de 58 anos da Rádio Difusora de Macapá e de 59 anos de criação do ex-território federal do Amapá, em 11 e 13 de setembro, respectivamente.



**ABERTURA** No ciclo de palestras sobre o Parlamento, Florian Madruga, Márcio Araújo, Sérgio de Almeida, Agaciel Maia e Armando Rollemberg

## Palestras mostram papel do Legislativo brasileiro

Começou ontem e segue até sexta-feira (17) o 1º Ciclo de palestras “O Parlamento brasileiro: passado, presente e futuro”, realizado no auditório do Interlegis e voltado para jornalistas que iniciam suas carreiras na cobertura política e para alunos do último ano dos cursos de História, Ciência Política e Comunicação Social. Na abertura do evento, o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, falou sobre a importância do Legislativo.

– O Legislativo é o coração da democracia brasileira – declarou Agaciel, que destacou a atuação do Congresso na história do Brasil.

Ele citou o surgimento da gráfica, em 1963, a criação da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), em 1970, e a implantação, na década de 80, da Secretaria de Comunicação Social, que inclui a Rádio, a TV, o Jornal, a Agência e o Serviço de Relações Públicas do Senado. Segundo Agaciel, o surgimento dessa estrutura nasceu da necessidade de se ter instrumentos capazes de

auxiliar o desempenho dos parlamentares e, ao mesmo tempo, tornar transparentes para a sociedade as atividades do Legislativo.

Já o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, abordou a questão da busca de maior interação entre sociedade e Parlamento.

Os temas sobre a origem e a história do Parlamento brasileiro, com destaque para a época do Império, ficaram por conta do consultor legislativo e historiador Antônio Barbosa, que enfatizou a experiência parlamentar do mundo ocidental.

José Alexandre Gazineo, diretor da Secretaria Administrativa do Senado, analisou a República desde sua implantação e, em especial, a Constituição de 1946 e o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Ao final das palestras, Jorge Cartaxo, diretor da revista *Plenarium*, da Câmara dos Deputados, e Marcelo Lacombe, consultor da Câmara, debateram os temas em questão.

## ACM apresenta voto de pesar pela morte de político baiano

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Hermenito Dourado, político baiano que ao longo de sua vida pública exerceu importantes funções nos Poderes Legislativo e Judiciário.

Em seu requerimento, Antonio Carlos lembrou que Hermenito Dourado foi deputado



**elogio** Antonio Carlos lembra que Hermenito Dourado exerceu importantes funções no estado

estadual e presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ele faleceu no dia 22 de agosto passado, aos 78 anos de idade.